



ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO

Município: José Gonçalves de Minas
Comarca: Minas Novas
Regional Montes Claros

Belo Horizonte 2 de outubro de 2020.

Ofício AGE/TCE nº 4011/2020



Assunto: encaminha certidões de débito
referente aos ofícios 160, 161, 170, 171 /2020/CAMP/MPC

Senhora Assessora Chefe,

de ordem retransmito as anexas certidões de débito , remetidas pelos
ofícios em referência, para as providências cabíveis.

Solicitamos analisar a possibilidade e a oportunidade de informar à
AGE/TCE o ajuizamento ou o protesto das respectivas execuções, caso não ocorra de
pronto a quitação.

Atenciosamente,

Sephora Alice Simões
Analista Administrativo I
Advocacia-Geral do Estado junto ao
Tribunal de Contas do Estado Minas Gerais.

À Excelentíssima Senhora
Doutora Ana Maria de Barcelos Martins
Procuradora do Estado - Assessora-Chefe
Assessoria de Recepção de Mandados
Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais
CAPITAL



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Ofício n. 161/2020/CAMP/MPC

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2020.

Excelentíssimo Senhor
Antônio Olímpio Nogueira
Coordenador do Escritório de Advocacia Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas do
Estado de Minas Gerais

Assunto: encaminha certidão de débito.

Senhor Procurador do Estado,

Encaminho-lhe, por ordem da Procuradora-Geral, a Certidão de Débito n.
40/2020 e cópia do Acórdão¹ referente aos autos n. 1007896 (CAMP M-1860).

Atestado pela Corte de Contas o não recolhimento do débito, solicitamos
a adoção das medidas necessárias à execução do julgado do Tribunal de Contas do Estado,
nos termos da competência estabelecida no artigo 128 da Constituição do Estado de Minas
Gerais.

Atenciosamente,

Kátia G. B. Barcellos
Kátia Guimarães Barreto Barcellos
Coordenadora de Acompanhamento de Ações do Ministério Público de Contas

¹ Acesso ao inteiro teor das Notas Taquigráficas: www.tce.mg.gov.br - D.O.C - Diário Oficial de Contas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Inscrição CNPJ: 21.154.877/0001-07

Coordenadoria de Débito e Multa

Certidão de Débito n.º 40/2020

CERTIDÃO DE DÉBITO

Certificamos, para fins do disposto nos arts. 71, § 3º, da Constituição Federal, 76, § 3º, da Constituição Estadual, e 75 da Lei Complementar n.º 102, de 17/01/2008, publicada no "MG" de 18/01/2008, que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em decisão prolatada em sessão da Segunda Câmara, realizada em 18/06/2019, nos termos do acórdão às fls. 122/128, publicado no "DOC" de 24/07/2019, constante do **Processo n.º 1.007.896 – Inspeção Ordinária** realizada na **Prefeitura Municipal José Gonçalves de Minas**, visando identificar as empresas contratadas para prestações de serviços contábeis e jurídicos, cujas participações societárias das empresas habilitadas em processos licitatórios e nas contratações diretas são coincidentes, com indícios de direcionamento nos processos, no período de janeiro de 2013 a outubro de 2016, determinou a aplicação da **Multa** prevista no art. 317 da Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais n.º 12/2008, ao Sr. **Aécio Rodrigues Motoso**, CPF: 897.685.236-20, Prefeito Municipal, em 2013 a 2016, residente e domiciliado na Rua Ana Santos Carvalho, n.º 96, A, Centro, José Gonçalves de Minas, MG, CEP: 39.642-000, no valor histórico total (itens 1 e 2) R\$8.000,00 (oito mil reais), que corrigido monetariamente perfaz a quantia total de **R\$8.150,28** (oito mil e cento e cinquenta reais e vinte e oito centavos), assim discriminado: 1) R\$2.000,00 (dois mil reais), em razão dos aditamentos contratuais de serviços de assessoria e consultoria em Contabilidade Pública e jurídica consultiva e contenciosa com prorrogação de prazo, cujo objeto não possui características de serviços de caráter continuado, ferindo o disposto no art. 57, II, da Lei n.º 8666/93, referente ao item 2.1.1.3 da fundamentação; 2) R\$6.000,00 (seis mil reais), em razão da contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica sem apresentação de caráter excepcional e extraordinário, tendo em vista a existência de cargo de Assessor Jurídico e Procurador Municipal na estrutura administrativa do Município, inobservando o disposto no inciso II do art. 37 da Constituição Federal/88, referente ao item 2.3.1.2 da fundamentação. Ao valor de R\$8.150,28 (oito mil e cento e cinquenta reais e vinte e oito centavos), foi acrescido o valor de **R\$244,51** (duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), correspondentes a 3.0% (três por cento) de juros moratórios de 1% ao mês, incidentes a partir de 01/11/2019, perfazendo o valor de **R\$8.394,79** (oito mil e trezentos e noventa e quatro reais e setenta e nove centavos), nos termos da memória de cálculo que integra a presente certidão. Certificamos, ainda, que os valores foram corrigidos e acrescidos de juros nos termos da memória de cálculo que integra a presente certidão. É o que consta dos referidos autos. Eu Maria de Fátima Dias, TC 00804-1, Analista de Controle Externo, extrai a presente Certidão que assino aos 4 do mês de fevereiro de 2020. E eu, CAROLINA VIANA FARNEZI, TC 2940-5, Coordenadora de Débito e Multa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a subscrevo.

Av. Raja Gabaglia, n.º 1315, Bairro Luxemburgo, Belo Horizonte – MG, CEP: 30380-435
Tel.: 0XX 31 3348-2111



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Débito e Multa

CERTIDÃO: 40/2020
PROCESSO: 1.007.896
EXERCÍCIO: 2017
NATUREZA: INSPEÇÃO ORDINÁRIA
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
DECISÃO: SEGUNDA CÂMARA de 18/06/2019
PUBLICAÇÃO: DOC de 24/07/2019
TRÂNSITO EM JULGADO: 27/08/2019
VENC. BOLETO P/ CÁLCULO DE JUROS: 31/10/2019
RESPONSÁVEL: AÉCIO RODRIGUES MOTOSO
PREFEITO MUNICIPAL, NA GESTÃO DE 2013/2016
CPF: 897.685.236-20

Multa

Valor Histórico Total da Multa (itens 1 e 2): R\$8.000,00, assim discriminado:

1) Multa aplicada em razão dos aditamentos contratuais de serviços de assessoria e consultoria em Contabilidade Pública e jurídica consultiva e contenciosa com prorrogação de prazo, cujo objeto não possui características de serviços de caráter continuado, ferindo o disposto no art. 57, II, da Lei n.º 8666/93, referente ao item 2.1.1.3 da fundamentação (às fls. 124 a 125)

| Mês/Ano | Valor Histórico | Índice de Correção | Valor Corrigido |
|---------|-----------------|--------------------|-----------------|
| 08/2019 | R\$2.000,00 | 1,0187850 | R\$2.037,57 |

Valor Corrigido (item 1): R\$2.037,57

2) Multa aplicada em razão da contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica sem apresentação de caráter excepcional e extraordinário, tendo em vista a existência de cargo de Assessor Jurídico e Procurador Municipal na estrutura administrativa do Município, inobservando o disposto no inciso II do art. 37 da Constituição Federal/88, referente ao item 2.3.1.2 da fundamentação (às fls. 126v a 127v)

| Mês/Ano | Valor Histórico | Índice de Correção | Valor Corrigido |
|---------|-----------------|--------------------|-----------------|
| 08/2019 | R\$6.000,00 | 1,0187850 | R\$6.112,71 |

Valor Corrigido (item 2): R\$6.112,71

Valor Corrigido Total da Multa (itens 1 e 2): R\$8.150,28

Os valores históricos da Multa foram corrigidos pela tabela da Corregedoria Geral de Justiça, disponibilizada no Diário do Judiciário Eletrônico de 10/01/2020, conforme Resolução n.º 13/95 deste Tribunal.

| Juros (%) | Juros (Valor) | Valor Total |
|-----------|---------------|-------------|
| 3 | R\$244,51 | R\$8.394,79 |

Valor Corrigido da Multa com Juros: R\$8.394,79

O valor corrigido Total da Multa foi acrescido de juros de mora 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir de 01/11/2019, nos termos dos arts. 364 e 367 da Resolução n.º 12/2008 (RITCMG).

Técnico Responsável: MARIA DE FÁTIMA DIAS, TC 00804-1.

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para as providências de praxe cabíveis à espécie, nos termos do parágrafo único do referido dispositivo legal.

Ultimadas as providências cabíveis, arquivem-se os autos nos termos do art.176, inciso I do RITCMG.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Segunda Câmara, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e diante das razões expendidas no voto do Relator, em: **I)** aplicar multa pessoal e individual, no valor individual de R\$2.000,00 (dois mil reais), ao Sr. Aécio Rodrigues Motoso, Prefeito à época, com base no inciso II do art. 318 da Resolução n. 12/2008, em razão dos aditamentos contratuais de serviços de assessoria e consultoria em Contabilidade Pública e jurídica consultiva e contenciosa com prorrogação de prazo, cujo objeto não possui características de serviços de caráter continuado, ferindo o disposto no art. 57, II, da Lei n. 8666/93 (item 2.1.1.3); **II)** aplicar multa, com base no inciso II do art. 318 da Resolução n. 12/2008, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais), ao Sr. Aécio Rodrigues Motoso, Prefeito à época, diante da contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica sem apresentação de caráter excepcional e extraordinário, tendo em vista a existência de cargo de Assessor Jurídico e Procurador Municipal na estrutura administrativa do Município, inobservando o disposto no inciso II do art. 37 da Constituição Federal/88 (item 2.3.1.2); **III)** determinar a intimação das partes e dos Procuradores, do inteiro teor desta decisão, nos termos do disposto no art. 166, § 1º, I e § 4º c/c art. 364, *caput*, do RITCMG; **IV)** determinar, transcorrido o prazo estipulado sem o cumprimento da determinação, que sejam passadas certidões de débito e de multa, e inscritos os responsáveis no cadastro de inadimplentes deste Tribunal, com remessa dos autos ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para as providências de praxe cabíveis à espécie, nos termos do parágrafo único do referido dispositivo legal; **V)** determinar, ultimadas as providências cabíveis, o arquivamento dos autos, nos termos do art.176, inciso I do RITCMG.

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro Cláudio Couto Terrão e o Conselheiro Gilberto Diniz.

Presente à sessão o Procurador Daniel de Carvalho Guimarães.

Plenário Governador Milton Campos, 18 de junho de 2019.

WANDERLEY ÁVILA

Presidente e Relator

(assinado digitalmente)

imp/tp

CERTIDÃO

Certifico que a **Súmula** desse **Acórdão** foi disponibilizada no Diário Oficial de Contas de 24/07/2019 para ciência das partes.

Tribunal de Contas, 24/07/2019



Coordenadoria de Sistematização de
Deliberações e Jurisprudência



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais
Advocacia Regional de Montes Claros

Memorando.AGE/AREMOC.nº 196/2021

Montes Claros, 28 de julho de 2021.

Para: Priscila Vieira de Alvarenga Penna
Procuradora do Estado
Escritório da Advocacia Geral do Estado junto ao TCEMG

Assunto: MULTA TCE - PA 1.007.896 - CD 40/2020 - CDA 216 - AÉCIO RODRIGUES MOTOSO

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1080.01.0058606/2021-30].

Senhora Procuradora do Estado,

De ordem do Advogado Regional do Estado, Dr. João Paulo Pinheiro Costa, submeto a Vossa Senhoria a documentação anexa ([32944412](#)) para análise do pagamento do débito em nome do Sr. Aécio Rodrigues Motoso.

Informo que foi realizada a remessa de protesto para cobrança administrativa da multa aplicada no Processo Administrativo TCE nº 1.007.896 ([32945902](#)).

Atenciosamente,

Advocacia Regional do Estado em Montes Claros
Rua Pires e Albuquerque, nº 513, Centro
CEP: 39.400-057
Telefone: (38)3218-3610



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Alves Souza, Servidor (a) Público (a)**, em 28/07/2021, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código



verificador **32944843** e o código CRC **3CF8E322**.

Referência: Processo nº 1080.01.0058606/2021-30

SEI nº 32944843

Título

RETORNADO

Apresentante

| | |
|--------------|------------------------------|
| Apresentante | 952 - ESTADO DE MINAS GERAIS |
|--------------|------------------------------|

Envolvidos

| | | | |
|---------|--|----------|--------------------|
| Cedente | TCE/MG - AREMOC | | |
| Sacador | TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS | CPF/CNPJ | 16.745.465/0001-01 |

Devedores

| | | | | | | | |
|----------|--------------------------------|----------|----------------|-----------|----------------------|----|----|
| Devedor | AECIO RODRIGUES MOTOSO | CPF/CNPJ | 897.685.236-20 | | | | |
| Endereço | RUA ANA SANTOS CARVALHO, 96, A | | | | | | |
| CEP | 39642-000 | Bairro | CENTRO | Município | JOSE GONCALVES DE MI | UF | MG |

Dados do título

| | | | | | | | | | |
|-------------------|-----------|------------|-----|-----------------|------------|-------------------|-----|-------------------|---------|
| Praça de protesto | TURMALINA | Espécie | CDA | Nº título | TCE216 | Agência/conta | | Nosso número | 1007896 |
| Valor | 10.743,09 | Declaração | G | Data emissão | 10/06/2021 | Endosso | | Postergado | SIM |
| Saldo | 10.743,09 | Aceite | N | Data vencimento | A VISTA | Fins falimentares | NÃO | Protesto especial | - |

| | | | | | | | | |
|---------------------|---|-----------|------------|----------------|------------|--|--|--|
| Cartório destino | 1º Tabelionato de Protesto de Titulos - Turmalina | | | | | | | |
| Cartório confirmado | 1º Tabelionato de Protesto de Titulos - Turmalina | Protocolo | 0000017087 | Data protocolo | 16/06/2021 | | | |

| | Data | Ocorrência | Cartório | Distribuição | CRA | D. despesas | Repasse |
|-------------|--------------|--------------------|----------|--------------|------|-------------|-----------|
| | Apresentante | | | | | | |
| Remessa | 16/06/2021 | - | - | - | - | - | - |
| Confirmação | 16/06/2021 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | - |
| Retorno | 01/07/2021 | Pago em 30/06/2021 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.743,09 |



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais
Gabinete

Ofício AGE/GAB/ASSGAB nº. 1096/2021

Belo Horizonte, 29 de julho de 2021.

Ilma. Sra. **PRISCILA VIEIRA DE ALVARENGA PENNA**

Procuradora do Estado

Coordenadora do Escritório da Advocacia-Geral do Estado junto ao TCE-MG

Assunto: **MULTA TCE - PA 1.007.896 - CD 40/2020 - CDA 216 - AÉCIO RODRIGUES MOTOSO**

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1080.01.0058606/2021-30].

Senhora Procuradora,

Com nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos o Memorando.AGE/AREMOC.nº 196/2021 (32944843), proveniente da Advocacia Regional do Estado em Montes Claros, bem como documentação a ele anexa (32944412), para que seja analisado o pagamento de débito pelo Sr. Aécio Rodrigues Motoso, relativa à multa aplicada no Processo Administrativo TCE nº 1.007.896 ([32945902](#)).

Atenciosamente,

ANA PAULA MUGGLER RODARTE

Procuradora do Estado
Advogada-Geral Adjunta

TÉRCIO LEITE DRUMMOND

Procurador do Estado
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Muggler Rodarte, Advogado(a) Geral Adjunto**, em 30/07/2021, às 12:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tercio Leite Drummond**, **Procurador do Estado**, em 03/08/2021, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **32961291** e o código CRC **88BFA3B3**.

Referência: Processo nº 1080.01.0058606/2021-30

SEI nº 32961291

Av. Afonso Pena, nº 4000 - Bairro Cruzeiro - Belo Horizonte - CEP 30130-008